



# LimoeiroPrev

Fundo Previdenciário do Município de Limoeiro-PE

## Ata da 4ª Reunião Ordinária dos Conselhos Municipais de Previdência, Conselho Fiscal e Comitê de Investimento

Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro (21/05/2024), às nove horas e trinta minutos (9h30), no prédio da Secretaria Municipal de Saúde, foi realizada a 4ª (Quarta) Reunião Ordinária dos Conselhos Fiscal, Previdenciário e do Comitê de Investimento do Fundo Previdenciário do Município de Limoeiro - LimoeiroPrev, presidida pelo Gerente Previdenciário o Sr. Lauro Bandeira Teobaldo, juntamente com sua equipe: Cláudia Mendonça de Arruda – Gerente Administrativo-Financeiro, Bruno Filipe Brasilino da Silva Ramos – Gerente de Benefício, Galdino Batista-Assessor Jurídico e José Clodoaldo do Nascimento – Recepcionista e Membro do Conselho Fiscal desta Entidade, com a participação dos membros a seguir: Sra. Selma Maria de Arruda França – Presidente do Conselho Previdenciário; Andreza Estefanes da Conceição – Membro do Conselho Previdenciário; Lindalva Rufino da Silva – Membro do Conselho Previdenciário; Simone Maria da Silva – Membro do Conselho Fiscal. O Gestor deu início à reunião cumprimentando o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Limoeiro, Orlando Jorge; aos Secretários de Planejamento, Administração e Finanças, bem como o Contador, Ivaldeci; aos Vereadores Hilton, Zélia, Beto de Washington e Roberto Galvão e aos Conselheiros. Logo em seguida, falou da nova composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, explicando que faltava as Portarias, mas que já estavam sendo providenciadas. Deixou todos cientes de que 07 (sete) Conselheiros já estavam certificados. Faltando apenas as certificações dos Suplentes, mas todos já estavam se preparando para realizarem a prova. Explicou que a certificação é uma exigência do Ministério da Previdência, e que todos devem estar certificados até julho de 2024. Disse que o LimoeiroPrev daria todas as condições para que os Conselheiros participassem de Cursos, visando à certificação, inclusive com pagamento das inscrições nos Cursos e na Prova de Certificação. Continuou falando da Lei Complementar 164/24, que dispõe entre outros assuntos, sobre o jeton que será pago aos Conselheiros, por participação em reuniões, totalizando no máximo, doze participações nas reuniões, ao ano. Prosseguiu acentuando que as reuniões são bimestrais, e que cada Conselho, Deliberativo e Fiscal, através do seu Presidente, deve convocar sua reunião. Falou, em seguida, da composição do Conselho Deliberativo, que em reunião anterior tinha escolhido como Presidente, **Maria Betânia Elias**, porém, explicou que ela não poderia ocupar o cargo pois não era mais Conselheira. Devendo o Conselho se reunir posteriormente, para escolher novo Presidente. O que todos os Conselheiros concordaram. Em seguida, informou que a situação financeira do LimoeiroPrev, hoje, é bem mais estruturada do que quando recebeu em 2021. Frisou que muito, ainda, tem que ser feito, mas percebe que pelo bom desempenho da gestão atual, o Fundo Previdenciário deve melhorar a cada dia. Frisou que, após o Estudo Atuarial do Exercício/22, foi possível avançar na questão do desconto da alíquota de 14%, antes era cobrado a partir de um salário e meio, hoje, o desconto é feito a partir de três salários mínimos. Beneficiando um bom

Rua Santa Cruz, Nº 56, Centro / Limoeiro-PE / CEP: 55700-000  
CNPJ 14.537.991/0001-50 / www.limoeiroprev.org.br / (81) 3628-0676



PREFEITURA DE  
**LIMOEIRO**  
TERRA AMADA





# LimoeiroPrev

Fundo Previdenciário do Município de Limoeiro-PE

número de aposentados. Lembrou que essa cobrança não foi uma invenção do Prefeito Orlando Jorge, mas determinação de Lei Federal. Evidenciou que tem municípios que cobram a partir do Salário Mínimo. Explicou que quem ganha acima do teto do INSS, sempre vai contribuir, está estipulado em Lei. Disse ainda, que a cobrança é feita em cima do que ultrapassar os três salários mínimos. Voltando à questão do jeton, Lauro, lembrou que os Suplentes só receberão, caso substituam os titulares em alguma reunião. Logo após, explicou que a Lei 164/24 foi legitimada com efeito retroativo a 1º de março, gerando uma discussão na Câmara Municipal, por parte de um dos Vereadores, questionando o prazo. O que houve na verdade foi um atraso, por conta de pedido de vistas pelo Legislativo, levando a votação da Lei para abril. Frisou que a Prefeitura e o LimoeiroPrev trabalharam dentro da legitimidade, polêmica sempre vai existir, até porque há um grupo de oposição. Agradeceu aos Vereadores da base, pela sustentação nas votações. Disse ainda, que há um trabalho de responsabilidade sendo feito em prol do segurado. Prosseguiu falando sobre a importância dos Conselheiros estarem em consonância com a Lei 164/24, pois ela determina as atribuições de cada um. Em seguida, falou sobre o Comitê de Investimento, formado primeiramente pelo Gestor do Fundo Previdenciário, e dois membros escolhidos pelo Conselho Fiscal e Deliberativo. Os dois integrantes escolhidos em reunião anterior, foram: Bruno Filipe Brasilino da Silva Ramos e Cláudia Mendonça de Arruda. Uma escolha técnica, explicou Lauro, pois os escolhidos têm que se submeter a uma prova de Certificação mais complexa. Evidenciou que Bruno e ele já tinham conseguido a Certificação, restando somente, Cláudia. Frisou que o Comitê é responsável por gerir os recursos do Limoeiroprev, junto aos Bancos. O que demanda muita responsabilidade. Disse que junto com o Comitê, estão os Conselhos Fiscal e Deliberativo e o Controle Interno, tendo à frente o Controlador Interno do Ente, Dr. Márcio Pimentel, sendo esta a composição final que enquadra o LimoeiroPrev, junto ao Pró-Gestão. Informou que as Portarias de todos estavam sendo elaboradas pela Prefeitura Municipal, e logo seriam entregues. O Prefeito, Orlando Jorge, pediu que Lauro repetisse a composição do Conselho, pois ele tinha chegado atrasado. Perguntou se todos estavam presentes, o que Lauro respondeu que sim, todos estavam presentes, inclusive os Suplentes. A representante do Comitê de Investimento, Cláudia, dirigiu-se a Lauro para informar que a Conselheira Rosângela Costa não estava presente na reunião. O Diretor/Presidente do LimoeiroPrev deixou claro que a Lei 164/24, só permite 03 faltas consecutivas ou 5 alternadas no período de 12 meses. O Conselheiro que ultrapassar esse número, sem justificativa, será desligado do Conselho. Em seguida, comunicou que o pessoal da ARIMA apresentaria o Estudo Atuarial e em seguida, o Contador Ivaldeci, faria uma apresentação da situação financeira do LimoeiroPrev. O Prefeito quis saber quem faria a composição do Comitê de Investimento, Lauro informou que ele como Diretor/Presidente do Fundo Previdenciário, Bruno Filipe e Cláudia Mendonça; evidenciou, novamente, a questão da escolha técnica, por se tratar de trabalhar com informações sobre Economia, Tesouro, Bolsa de Valores. Ele também, informou que existe um contrato com uma empresa de Consultoria, tamanha é a complexidade da área de Investimentos. A Secretária da Fazenda, Ana Guerra, frisou a

Rua Santa Cruz, Nº 56, Centro / Limoeiro-PE / CEP: 55700-000  
CNPJ 14.537.991/0001-50 / www.limoeiroprev.org.br / (81) 3628-0676



PREFEITURA DE  
**LIMOEIRO**  
TERRA AMADA





# LimoeiroPrev

Fundo Previdenciário do Município de Limoeiro-PE

necessidade de se trabalhar com pessoas do dia a dia do LimoeiroPrev, pois têm o conhecimento das finanças do Fundo. O Diretor/Presidente disse ter recebido o Fundo com aproximadamente R\$ 13.000.000,00 (Treze milhões de reais), hoje, estamos com um valor aproximado de R\$ 47.000.000,00 (Quarenta e sete milhões de reais). Explicou que é fruto de muito trabalho e cumprimento de metas. Prosseguiu, o Governo Federal determina que tem que ter rentabilidade de 6% ao ano + Selic. O Contador Ivaldeci interveio dizendo que na verdade, era aproximadamente R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais), mas que na hora que fosse fazer sua explanação, explicaria melhor estes valores. O Prefeito quis saber quais eram as Carteiras onde o dinheiro estava sendo aplicado. Lauro disse que eram várias: Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste. Frisou que todos os investimentos estavam dentro destes Bancos. Informou que investiu na Bolsa, está dando rentabilidade negativa, porém, só terá o prejuízo quando for resgatar as ações. Orlando Jorge quis saber quem incentivou o Diretor/Presidente a investir na Bolsa. Ele respondeu que a Lei determina a diversificação de investimentos e que a empresa de Consultoria direciona os tipos de investimentos. Mas, lembrou que tudo decorre do mercado e cenário econômico do país, qualquer oscilação muda os índices da aplicação. O Secretário de Planejamento, Marcelo Gomes, perguntou se no estudo feito pela empresa de consultoria havia uma projeção de risco. Lauro disse que sim. Prosseguiu dizendo que quem quer se arriscar mais, poderá ganhar mais. Porém, perder muito, também. Informou que o LimoeiroPrev está investindo moderadamente, sendo considerado um investidor Conservador. E prosseguiu fazendo uma explanação sobre o mercado financeiro, sempre deixando claro que o Fundo Previdenciário precisa de uma empresa que dê um suporte, pois o Mercado de Investimento é vasto e oscila muito. Falou da importância do Comitê de Investimentos e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal para analisar e aprovar a Política de Investimentos que é apresentada anualmente, geralmente no mês de novembro, para ser utilizada no exercício posterior. Disse ainda, que a Política de Investimento tem que ser utilizada na sua íntegra, fugindo disso, o RPPS fica sujeito às penalidades do Ministério da Previdência. Essa Política pode ser reavaliada a cada dois meses, de acordo com as oscilações da Economia. O Vereador Beto de Washington perguntou se havia a possibilidade de juntar os dois Fundos: Previdenciário e Financeiro. Lauro explicou que essa junção tem que ser feita aos poucos, sempre com base nos Estudos Atuariais. O Prefeito quis saber mais sobre o Estudo Atuarial, aproveitando para falar de sua insatisfação, quando da última análise feita, que apontou a possibilidade de aumentar a faixa de isenção da cobrança de alíquota de 14% dos segurados e a Mesa Diretora da Câmara, não permitiu que fosse feita a explanação, por parte de Técnico da Empresa Arima para todos os que estavam presentes na Plenária. Sendo limitada, a explanação, para os Vereadores e Lauro, em sala fechada. O Prefeito colocou, ainda, que a vinda do Técnico da empresa teve um custo alto para o erário. Muitas discussões se seguiram depois disso. A Conselheira Simone usou da palavra para asseverar, também, que ficou insatisfeita, pois os Conselheiros e muitos Segurados estavam presentes e não tiveram acesso a informações importantes. Solicitou aos Vereadores presentes, que em outras oportunidades, não permitissem que pautas do interesse dos Segurados, fossem

Simone

Marcelo

Lauro

Galvão

Rua Santa Cruz, Nº 56, Centro / Limoeiro-PE / CEP: 55700-000  
CNPJ 14.537.991/0001-50 / [www.limoeiroprev.org.br](http://www.limoeiroprev.org.br) / (81) 3628-0676



PREFEITURA DE  
**LIMOEIRO**  
TERRA AMADA





# LimoeiroPrev

Fundo Previdenciário do Município de Limoeiro-PE

analisadas a portas fechadas. O Vereador Beto de Washington e a Vereadora Zélia de Ribeiro do Mel insistiram em afirmar que cabia ao Diretor/Presidente do LimoeiroPrev, permitir ou não a maneira de análise. O Secretário de Administração, Saulo Melo, colocou que seria importante, a partir dos novos Estudos, quando apontar para algum benefício ao Segurado, deve ser marcada uma reunião, na FACAL ou outro espaço, para os devidos esclarecimentos aos Segurados e Pensionistas. Prosseguiu dizendo que deverá, também, haver uma divulgação maciça nas mídias sociais, para só depois, o Projeto de Lei ser levado à Câmara. Todos foram unânimes em concordar. No instante seguinte, o Atuário responsável pela apresentação do novo Estudo Atuarial entrou em conexão com a rede. Lauro apresentou o Técnico aos presentes e fez a apresentação dos que estavam no auditório da Secretaria de Saúde Municipal, ao Sr. Tiago Marques – Atuário e Sócio da ARIMA. Ele iniciou dizendo que o Estudo Atuarial em questão, teve como base os dados do Exercício/23. Explicou que o RPPS de Limoeiro, tem dois Planos: Financeiro e Previdenciário. O Financeiro é onde está vinculada a maior parte dos Segurados, 397 (trezentos e noventa e sete vínculos), com uma folha mensal de 1.043.000,00 (Um milhão e quarenta e três mil reais), e que é um Plano de natureza temporária. Ou seja, ele tem data prevista para ser extinto, quando o último Aposentado ou Pensionista vier a óbito. Isso se dá porque todos os demais funcionários que vierem a ser contratados serão vinculados ao Plano Previdenciário, devendo ser este o Plano que se perpetuará. Após uma ampla explanação, o que ficou claro foi que o Plano Financeiro é deficitário, mas na junção dos dois Planos, há um saldo positivo de R\$ 47.000.000,00 (Quarenta e sete milhões de reais). Explicou que por conta do Plano Deficitário, o Ente deve fazer aportes mensais para cobrir as folhas de pagamento, pois o número de recolhimentos é insuficiente para suprir as despesas. Há um **Plano de Custeio** com alíquota Patronal de 14%, alíquota do Segurado de 14%, que incide sobre quem ganha acima de 3 salários mínimos, sobre a parcela excedente. Tendo ainda, como fonte de Receita, o repasse do Imposto de Renda Retido na Fonte, sobre todas as Aposentadorias concedidas, após a publicação da Lei 2.481/23. Disse ele, que a principal tarefa do Atuário é calcular matematicamente, a previsão de receitas e despesas, no longuíssimo prazo (75, 80 ou até 90 anos), dependendo da distribuição demográfica das faixas etárias da população coberta. Prosseguiu dizendo que as Receitas Previdenciárias do Plano Financeiro são de R\$ 77.000.000,00 (setenta e sete milhões de reais), assim distribuídas: R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) referentes à Contribuição Patronal e Imposto de Renda Retido na Fonte dos novos Aposentados e Pensionistas; R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais) dos Segurados; R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) de Compensação Previdenciária e R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) de Caixa que havia na época da Avaliação Atuarial. Sendo que as despesas chegam ao montante de R\$ 367.000.000,00 (trezentos e sessenta e sete milhões de reais), consequentemente, bem superior às receitas. Confrontando receitas e despesas temos um **Plano Financeiro Deficitário** em R\$ 289.000.000,00 (duzentos e oitenta e nove milhões de reais). Frisou que é comum a todo Plano Financeiro. O equacionamento deste Plano Financeiro compete ao Tesouro Municipal, através de aportes mensais, até a extinção







# LimoeiroPrev

Fundo Previdenciário do Município de Limoeiro-PE

do Plano, quando vier a óbito o último segurado. A Portaria nº 1467/22 discorre sobre medidas para diminuir este déficit, entre elas: O Aporte de bens, direitos e ativos; Adequação das regras dos Benefícios, Segregação de Massas e Plano de Amortização. Em seguida, Tiago fez a apresentação do Plano Previdenciário, evidenciando que a essência deste Plano é permanente, pois todos os futuros novos funcionários do município que passarem em concurso e forem nomeados, serão segurados obrigatórios do Plano Previdenciário. Enquanto a tendência do Plano Financeiro é reduzir o número de segurados ao longo dos anos, no Previdenciário se dá o oposto, a tendência é que aumente o número de segurados ao longo dos anos. O Plano Previdenciário precisa ter equilíbrio financeiro e atuarial. No caso de déficit, entrar com medidas que sanem esta problemática. Atualmente, somente, há 05 Segurados no Plano Previdenciário. Disse se fazer necessário o repasse das contribuições dos segurados para que o RPPS possa investir este dinheiro no Mercado Financeiro, acumulando capital de forma significativa. Com relação ao Plano de Custeio, disse existir uma alíquota Patronal de 11,72% + 2,91% alíquota Suplementar + alíquota do Segurado de 14% + Taxa de Administração de 3% + Imposto de Renda Retido na Fonte. Este Plano tem uma Receita estimada, a longo prazo, de R\$ 126.000.000,00 (cento e vinte seis milhões de reais): sendo R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais) de Contribuição Patronal + Imposto de Renda Retido na Fonte; R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais) dos Segurados; R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) de Compensação Previdenciária; acumulado em caixa R\$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de reais). Despesas, a longo prazo, no valor de R\$ 106.000.000,00 (cento e seis milhões de reais). Confrontando as receitas e despesas temos um **Plano Previdenciário Superavitário** em R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Terminada a explanação do Atuário, Tiago, foi franqueada a palavra para os presentes, o Contador da Prefeitura do Limoeiro e também, do LimoeiroPrev, Ivaldeci, fez uso dela para dizer de sua satisfação com o que foi apresentado e enaltecendo o trabalho responsável da administração municipal. Prosseguiu dizendo da felicidade de constatar que o município está superavitário em R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), e da responsabilidade dobrada de cuidar do maior patrimônio do Município e do Estado, que é a Previdência. O Prefeito Orlando Jorge quis saber do atuário, se a junção dos dois Planos, a médio prazo, seria viável. Ele respondeu que seria viável, a médio prazo, primeiro por conta do nosso Plano ser superavitário. Depois pela boa gestão, investindo bem no mercado, criando novas receitas, concurso público e outros. Mas, é necessário ter prudência com relação a migração de um Plano para o outro, cumprindo as regras estabelecidas na Portaria 1467/22. O Diretor/Presidente do LimoeiroPrev indagou sobre a possibilidade de o Ente doar um imóvel para o RPPS, como forma de amortização do déficit atuarial, alugando este imóvel para angariar fundos para o RPPS. Tiago disse ser viável, mas o imóvel deveria ter uma avaliação venal de no mínimo, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). A Secretária da Fazenda, Ana Guerra, indagou que a Prefeitura não possui imóvel que chegue neste valor. Como não havia mais dúvidas entre os presentes, Lauro agradeceu ao Atuário, Tiago da ARIMA, pela explanação. A reunião prosseguiu com o Contador Ivaldeci, que começou







# LimoeiroPrev

Fundo Previdenciário do Município de Limoeiro-PE

falando da Prestação de Contas em 31 de dezembro de 2020, segundo os arquivos do Tribunal de Contas, o Fundo Financeiro do LimoeiroPrev apresentava um saldo negativo de R\$ 479,00 (quatrocentos e setenta e nove reais). Explicou que o Fundo Financeiro é aquele que apresenta déficit, e que é preciso um repasse de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) por parte do Ente. Mas, na verdade é um repasse de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) por ano. Chamou atenção para os números desse mesmo Fundo em 31.12.23, que terminou com R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Continuou dizendo que isso se devia a uma boa Gestão Previdenciária. Evidenciou que Gestão Previdenciária vai além do LimoeiroPrev. Frisando que é o Gestor que cuida do INSS, pagando rigorosamente todas as obrigações. Disse ele: - O Prefeito paga ao INSS e só assim, há o direito à Compensação Previdenciária - COMPREV. Falou ainda, que anteriormente, a CND do Município estava negativada e que foi o maior desafio para a gestão. Com relação ao Fundo Previdenciário, disse que quando esta gestão assumiu, havia em caixa aproximadamente R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), porém com um passivo de débitos muito grande. Foi deixado 25 parcelamentos, alguns realizados no último mês da gestão anterior, precisamente no dia 25.12.20. Enalteceu a transparência e responsabilidade da atual gestão, que recebeu o Fundo com vários problemas e hoje, acumula um saldo de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais); pagando rigorosamente em dia, seus Aposentados e Pensionistas. Lauro ressaltou que em 2020, não havia nem Estudo Atuarial para que se avaliasse o que estava sendo entregue. O Prefeito falou que pagar em dia, é uma responsabilidade que todo gestor deveria ter, pois pagar em atraso é pagar com juros. Disse ainda, que há um custo muito alto para população, esta medida de fazer os repasses dos recolhimentos em dia, mas é necessário. A população fica penalizada de receber muitas obras, mas o gestor tem que fazer escolhas, e a responsabilidade fiscal é primordial. Ivaldeci prosseguiu informando que hoje, há um superávit entre os dois fundos, de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), situação bem diferente da gestão anterior. Fez uma conta rápida para daqui há 6 (seis) anos, dizendo que haverá em caixa mais de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Solicitou aos Conselheiros presentes, muita atenção e responsabilidade para tomarem conta do patrimônio do LimoeiroPrev, o bem maior dos Segurados. Cravando que estaremos entre as 10 (dez) melhores previdências do Estado de Pernambuco. Em seguida, mostrou as Prestações de Contas do Município e LimoeiroPrev, com documentos do Tribunal de Contas, atestando aprovação em todas elas. Onde na gestão anterior, houve uma auditoria do Tribunal de Contas para análise dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020, os Auditores, segundo ele, muitas vezes diziam que não havia como consertar o que havia sido feito, tamanha a quantidade de irregularidades. No final, ficou constatada uma dívida previdenciária com o RPPS, no valor de R\$ 8.419.030,39 (oito milhões, quatrocentos e dezenove mil, trinta reais e trinta e nove centavos). Dívida regularizada pela atual gestão com muita responsabilidade. Inclusive, o Tribunal de Contas fez menção honrosa ao Prefeito, Orlando Jorge, pela responsabilidade e transparência de sua gestão. Finalizou sua fala, citando três obras de grande porte da atual gestão: a Ponte, o Ginásio; obras que se pode ver, porém, existe uma que é da mesma magnitude dessas duas, mas que não se pode







# LimoeiroPrev

Fundo Previdenciário do Município de Limoeiro-PE

ver, a responsabilidade Previdenciária que garante o sustento do Segurado que tanto trabalhou. Em seguida, o Secretário de Planejamento, Marcelo Gomes, usou da palavra para enaltecer a responsabilidade da atual gestão com o LimoeiroPrev. Falou ainda, do São João de Limoeiro, que será realizado com planejamento e análise de custos, dentro das possibilidades do Município. Por fim, o Prefeito usou da palavra para agradecer a todos os presentes, Secretários, Vereadores e, de modo especial, aos Conselheiros. Disse que tem um olhar especial para a responsabilidade fiscal. Com relação à menção honrosa recebida pelo Tribunal de Contas, é sinal de que está trabalhando de forma responsável e transparente. Enalteceu a parceria com o Legislativo. Frisou a responsabilidade, também, com os fornecedores. Disse estar trabalhando para entregar, em dezembro de 2024, o Município com restas a pagar zerado. Não será fácil, mas este é o intuito da atual gestão. O Diretor/Presidente do LimoeiroPrev finalizou informando a todos os presentes, que em 2017, houve uma CPI na Câmara, onde depois das ouvidas, foi enviado documento ao Ministério Público que fez denúncia de improbidade administrativa contra ele, a Secretária Ana Guerra e outros. Inclusive com fala de alguns Vereadores de que Lauro não poderia assumir a gestão do LimoeiroPrev. Mas, segundo ele, com muita paciência, conseguiu juntar as provas necessárias para sua defesa. Salientou que um dos motivos, quando do convite do Prefeito, Orlando Jorge, para que assumisse o RPPS, foi justamente, estar dentro do processo administrativo do LimoeiroPrev, para unir provas de sua inocência. Frisou que existia um Processo na Polícia Federal que foi arquivado; um Processo Criminal no Ministério Público de Limoeiro, foi também arquivado; e o Processo de Improbidade Administrativa foi julgado inocentando todos os acusados. Agradeceu ao Prefeito pela organizada e responsável gestão, contribuindo para o resultado no julgamento. Disse ainda, que trabalha no RPPS porque gosta do que faz. O Prefeito solicitou que Lauro falasse um pouco sobre a liberação do Jeton, para que ficasse claro que essa medida não é uma invenção do Prefeito. Lauro explicou que participa de vários Congressos, e que essa medida é realizada em muitos Conselhos no Brasil inteiro, como forma de valorizar o trabalho do Conselheiro. O Secretário de Administração, Saulo Melo, disse que isso é uma orientação para todos os Regimes Próprios de Previdência, da Associação Nacional. Lauro exemplificou os municípios de Feira Nova, Orobó, Buenos Aires, Vicência entre outros, que pagam o jeton. Orlando Jorge solicitou a todos os presentes, que multiplicassem as informações dadas nesta reunião, de positivismo do trabalho que vem sendo executado, para toda a sociedade de Limoeiro. A Conselheira, Simone, também representante dos Agentes Comunitários de Saúde, pediu para falar e direcionou-se para Lauro dizendo da admiração que sentia por ele como gestor do LimoeiroPrev, sempre com uma postura de responsabilidade e transparência. Continuou falando ao Prefeito que ele tinha acertado quando colocou Lauro à frente do RPPS. Enfatizou que estava falando em nome de todos os Conselheiros. Disse ser admirável a postura dele como Diretor/Presidente, sempre tomando decisões em comum acordo com os Conselhos, nunca sozinho. Os investimentos são analisados e levados aos Conselhos para ciência. Até a escolha dos Bancos foi levada aos Conselheiros. Portanto, para os Conselheiros, o Diretor/Presidente tem postura digna

Rua Santa Cruz, Nº 56, Centro / Limoeiro-PE / CEP: 55700-000  
CNPJ 14.537.991/0001-50 / [www.limoeiroprev.org.br](http://www.limoeiroprev.org.br) / (81) 3628-0676



PREFEITURA DE  
**LIMOEIRO**  
TERRA AMADA





# LimoeiroPrev

Fundo Previdenciário do Município de Limoeiro-PE

de admiração e respeito. Completou dizendo que tem orgulho de fazer parte deste Conselho e que todos os Conselheiros estudaram para certificação e conseguiram passar, portanto, todos aptos para receber o incentivo do jeton e sempre na condição de cuidar do Patrimônio dos Segurados. O vereador, Beto de Washington, falou que o Legislativo estava de portas abertas para as demandas do LimoeiroPrev. O Diretor/Presidente agradeceu a fala de Simone e disse que o trabalho dos Conselheiros é de suma importância para salvaguardar o Patrimônio do RPPS, pois daqui há algum tempo, ele passará a gestão, e eles ficarão na sua missão. Disse ainda, que está trabalhando para até o final de 2024, certificar o RPPS. Frisou ser um legado que ele pretende deixar. A Conselheira Selma França fez questão de reverenciar os novos Conselheiros. Disse fazer parte de outros Conselhos, mas que este era diferente, pois havia sempre Cursos e Congressos para atualizar os seus membros. Inclusive prova de certificação para poder fazer parte dele. Continuou falando que na maioria das vezes, ninguém quer fazer parte de Conselho, mas que neste é diferente, há uma harmonia por parte de seus integrantes, há uma assiduidade nas reuniões. Referendou que é muito bom trabalhar com Lauro, pois ele passa uma segurança muito grande. Parabenizou o Prefeito pela maneira como vem conduzindo a gestão, principalmente, pela aprovação das Prestações de Contas. O Diretor/Presidente do RPPS agradeceu a fala de Selma e disse que quando o Auditor do Tribunal de Contas fez menção honrosa ao Prefeito, tocou em todos os Secretários, no Contador, na Gestão do RPPS, nos Conselheiros, enfim, em todos que estão à frente da gestão, pois o trabalho só se realiza em equipe. Nada mais tendo a tratar, o Gestor Previdenciário, Lauro, deu por encerrada a reunião, e eu Cláudia Mendonça de Arruda, lavrei a Ata que será assinada por mim e por quem de direito. Cláudia Mendonça

de Arruda, José Clodoaldo do Nascimento, Galdino Ba-  
tista Bezerra Neto, Manoel S. dos Anjos;  
André Luiz da L. Siqueira, Paulo Roberto;  
Márcio Roberto U. Figueiredo, Roberto Pereira da Costa;  
Amador Aguiar, Selma França, Joice Pereira da Costa;  
Roberto O. da Silva, P.

